

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS-SESA
FACULDADE AMADEUS-FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ACÁCIA DE MENEZES SOUZA OLIVEIRA
NOÉLIA SOUZA SANTOS
RAQUEL DOS SANTOS PEREIRA**

EDUCAÇÃO INFANTIL: um olhar sobre o educador no século XXI

**Aracaju- SE
2012**

ACÁCIA DE MENEZES SOUZA OLIVEIRA

NOÉLIA SOUZA SANTOS

RAQUEL DOS SANTOS PEREIRA

EDUCAÇÃO INFANTIL: um olhar sobre o educador no século XXI

**Artigo científico apresentado à Faculdade Amadeus
como trabalho de conclusão de curso e requisito básico
para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.**

**Orientador: Prof. Eduardo Jorge Novaes
Schoucair**

**Aracaju- SE
2012**

EDUCAÇÃO INFANTIL: um olhar sobre o educador do século XXI

RESUMO

O presente artigo aborda uma reflexão sobre o tema Educação Infantil: um olhar sobre o educador do século XXI, tendo como problemática investigar até que ponto a educação infantil foi negligenciada. O referido artigo apresentou como objetivos específicos identificar conceitos e importância da educação infantil; mostrar a importância da formação continuada do educador, e por fim apontar a importância do lúdico na atividade pedagógica, respeitando as diversidades culturais do educando. O estudo foi caracterizado contemplando a análise exploratória e descritiva dos dados coletados, recaindo sobre a forma de abordagem qualitativa, onde os mesmos foram analisados através do método dedutivo, utilizando referências bibliográficas sobre o tema em questão, em vez que o mesmo está baseado na subjetividade. Diante do desenvolvimento do presente artigo, verificamos que a educação infantil voltada para o século XXI, exige cada vez mais do pedagogo habilitação na área onde o mesmo deverá procurar cada vez mais uma formação continuada. Exige-se ainda por meio das relações interpessoais entre educando x educador x escola uma melhor metodologia a ser aplicada para que venha a contribuir cognitivamente e intelectualmente na vida estudantil dessas pequenas criaturas, devendo-se trabalhar didaticamente fazendo uso do lúdico para a descoberta cada vez mais favorável ao desenvolvimento da capacidade da produção/criatividade da criança, que irá determinar no decorrer do processo ensino-aprendizagem suas virtudes e características como ser humano.

Palavras-chave: Educação infantil. Educador. Qualificação

ABSTRACT

This article is a reflection on the subject Childhood Education: A Look at the XXI century educator, having as problematic investigate the extent to which early childhood education was neglected. The article showed how concepts identify specific goals and importance of early childhood education; show the importance of continued training of educators, and finally point out the importance of play in pedagogical activity, respecting cultural diversity of the student. The study was described contemplating exploratory and descriptive analysis of the data collected, falling on the form of a qualitative approach, where they were analyzed using the deductive method, using references on the topic in question, since it is based on subjectivity. Before the development of this article, we found that early childhood education facing the twenty-first century increasingly requires the teacher qualification in the area where it should increasingly seek continuous training. It requires even through interpersonal

relationships between educator educating x x school a better methodology to be applied for that will contribute intellectually and cognitive student life in these small creatures, having to work didactically making use of playful discovery for ever more favorable to the development of capacity of production / creativity of the child, which will determine the course of the teaching-learning its virtues and characteristics as a human being.

Keywords: Early childhood education. Educator. Qualification.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo circunscreve-se no intento de apresentar uma reflexão sobre a Educação Infantil: um olhar sobre o educador do século XXI.

Sabe-se que a educação infantil sempre foi negligenciada, e, o trabalho educativo com crianças muitas vezes efetuado por profissionais sem a observância da qualificação.

A partir da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional alguns aspectos relacionados com a educação infantil foram alterados, principalmente no que se refere aos profissionais responsáveis pelo acompanhamento das crianças nas instituições escolares.

Registra-se que a carta magna estabelece que é necessária a formação em nível superior de licenciatura plena para o exercício da profissão.

Cabe esclarecer que a Lei mencionada inclui a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, regulamentando-a em capítulo – distintos desde a faixa etária até os procedimentos que devem ser adotados para a oferta na rede pública e privados.

Este estudo objetiva esclarecer alguns aspectos que desafiam o educador para a prática com essa modalidade de ensino.

Basear-se-á em autores, sites eletrônicos e documentos informativos acerca da temática com a finalidade, de dar consistências às informações. O tema educação infantil: um olhar sobre o educador no século XXI é abordado, como fator primordial para constituir como primeira preocupação para a aprendizagem da criança.

Neste contexto, todas as interações que as crianças estabelecem contribuem para o seu aprendizado, dando espaço para que o processo de aprendizagem da criança se desenvolva satisfatoriamente. Nessa visão, são observadas referências de teóricos que trabalharam com aspectos do desenvolvimento emocional e intelectual.

As questões da motivação, da autoestima e das interações serão vistas na pesquisa como aspectos a serem abordados pelos educadores, onde as relações afetivas e saudáveis, formadas na família e perpetuadas na escola, contribuam para o desenvolvimento global dos alunos, propiciando aprendizagens significativas e formadoras de indivíduos equilibrados. Educar com significado de fortalecer o espírito, equilibrar a autoestima, gerando o respeito ao próximo para uma convivência harmoniosa com o meio social.

Desta forma, espera-se que este estudo contribua com leitores que ao se interessarem pelo tema possam ampliar e alicerçar a prática docente de educadores, na educação infantil.

Sempre na tentativa de solucionar a problemática que cerca o campo da educação infantil, pelo fato de sempre ser negligenciada e, o trabalho educativo com crianças muito das vezes realizado por profissionais sem a observância da qualificação.

Diante disso, verificamos que as atividades que são desenvolvidas na educação infantil não demonstram um trabalho iniciado de forma coerente, como os referenciais orientam ao desenvolvimento do aluno nesse nível de escolaridade, interferindo na forma mais eficiente de aprendizagem, podendo apresentar assim uma má formação na estrutura motora, psíquica e intelectual da criança, podendo até promover futuras dificuldades no desenvolvimento da aprendizagem deste aluno, pois, segundo Freire:

“(…) como ser educador, se não desenvolvo em mim a indispensável amorosidade aos educandos com quem me comprometo e ao próprio processo formador de que sou parte?” (1996, p.75).

Em virtude dos fatos mencionados, somos levados a acreditar que este artigo ajudará vários docentes na sua busca de tentar ensinar os alunos com a melhor metodologia, e que os estagiários possam ter mais experiência no que diz respeito à área educacional que é a educação infantil.

O objetivo geral do referido estudo é contribuir para uma prática que valorize o educando dentro das suas potencialidades e ritmo de aprendizagem, apresentando metodologias de ensino que contemple diversas áreas do saber na fase da pré-escola, para que o mesmo encontre um ambiente satisfatório e seguro, um educador que prepare uma proposta curricular compatível com suas necessidades e faixa etária, só assim é possível desenvolver, suas capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças saudáveis e capazes de interagir com o seu meio de forma autônoma.

Assim, foram elencados como diretrizes específicas visando o alcance do objetivo geral: identificar conceitos e importância da educação infantil; mostrar a importância da formação continuada do educador e por fim apontar a importância do lúdico na atividade pedagógica, respeitando as diversidades culturais do educando.

Todos esses objetivos tendo como foco a discussão sobre a problemática que circunda a primeira etapa da educação básica, pois como se sabe, a educação infantil sempre foi negligenciada, e, o trabalho educativo com crianças muitas vezes efetuado por profissionais sem a observância da qualificação.

Pertinente aos procedimentos metodológicos, esse estudo foi caracterizado contemplando a análise exploratória e descritiva dos dados coletados, recaindo sobre a forma de abordagem qualitativa, onde os mesmos foram analisados através do método dedutivo, utilizando referências bibliográficas sobre o tema em questão, visto que o mesmo é alicerçado de subjetividade. Foi utilizada ainda como ferramenta a técnica de fichamento.

O presente artigo levantou ainda como questões norteadoras as seguintes: Por que é importante para o profissional que já possui uma formação acadêmica investir em uma formação continuada? Como trabalhar pedagogicamente fazendo uso do lúdico no cotidiano escolar, respeitando as diferenças que possui cada educando?

2. EDUCAÇÃO INFANTIL: um olhar sobre o educador do século XXI.

Certamente a pedagogia existe desde que houve necessidade de cuidar de crianças e de promover sua inserção num contexto social. Porém, sua institucionalização ocorreu com a modernidade, por volta do século XVI.

Assim Mialaret (1991:6) menciona a definição do termo pedagogo num dicionário Frances de 1690: “Pedagogo: mestre ao qual se dá o encargo de instruir e de educar o aluno, de ensinar-lhe gramática e de vigiar suas ações”.

Desta forma nota-se que o termo está associado ao saber, à instrução e educação por meio do saber.

Todavia a pedagogia esta ligada a acontecimentos cruciais da humanidade como a Reforma, o Iluminismo, a Revolução Francesa, a Industrialização e as ideias como a natureza humana universal, a autonomia do sujeito, a educabilidade humana, a emancipação humana pela razão.

No século XVII lança as bases do movimento científico e filosófico que vão dar o lastro a Ilustração. Só desta forma a pedagogia realista de Ratke, Comênio e Locke traz para a educação que Bacon propunha para a ciência da época, o conhecimento vem da experiência, portanto deve começar pelo estudo da natureza, pelo conhecimento das coisas.

Ainda convém lembrar que Comênio é considerado o fundador da pedagogia moderna, inaugurando a orientação que se tomará dominante a partir do Iluminismo: a de que a educação é a garantia da formação do homem para a humanidade, sendo a escola uma verdadeira oficina de homens onde absolutamente tudo seja ensinado.

Ainda segundo o autor, todo homem nasce apto por natureza para adquirir conhecimento das coisas: primeiro, porque é imagem de Deus, e (segundo) porque é resumo do universo (microcosmo). Não é necessário, portanto, introduzir, mas apenas fazer germinar e desenvolver as coisas das quais ele contem o gérmen em si mesmo e fazer-lhe ver qual a sua natureza.

O século XVIII é chamado de século da pedagogia não apenas porque nele surgem grandes nomes da pedagogia clássica, como Rousseau e Pestalozzi, mas porque se desenvolve a educação pública estatal, iniciando a educação nacional. Neste século acontece o desenvolvimento da educação pública e estatal, a educação para a cidadania para a nacionalidade, a adoção do princípio da educação universal, gratuita e obrigatória, a

organização das escolas em torno da primazia da razão universal que uni os pensadores e educadores e da crença do poder racional na vida do indivíduo e dos povos.

O século XIX se distingue pela teoria educacional, indo mais fundo na modernidade, inaugurando a cientificidade da pedagogia. Já no século XX Dewey lança crítica a Herbart, por este ter exagerado no papel atribuindo a matérias de estudo para o desenvolvimento mental e moral.

Por tudo isso mencionado, entendemos que a pedagogia sempre foi muito importante para toda a humanidade e que o pedagogo teve e terá o seu papel no aprendizado desta mesma humanidade.

Dentro deste contexto, ressaltamos que a educação infantil faz parte da Pedagogia e que a mesma representa a primeira etapa da Educação Básica de Ensino trazendo assim relevâncias muito importantes no processo educacional de uma criança. Pois, foi longo e dificultoso o processo para definir a identidade de um estabelecimento que aplicasse um ensino voltado a seu público, a crianças menores, e durante esse processo surgiram vários conceitos de crianças/infância, expondo assim que por muitos séculos a criança era vista como um ser sem a menor importância. Mas, atualmente a educação infantil sofreu grandes transformações e a imagem da mesma agora passou a ser vista como um ser participativo de uma sociedade, ganhando, contudo identidade pessoal e histórica, ou seja, a educação infantil deixou de ter uma função apenas assistencialista para agora juntamente com a ação do cuidar assumir uma função pedagógica, respeitando a criança como ser de importância igual a qualquer ser humano.

Para compreendermos o que de fato abrange o mundo da Educação Infantil, é fundamental estarmos a par do que seria a concepção de infância, sendo salientado também o conceito de criança. Há muitos séculos a criança era vista pela humanidade na maioria das vezes, não como um ser em particular, mas como um adulto em miniatura. Ou seja, assim que pudessem realizar alguma atividade era introduzida no mundo dos adultos sem nenhuma rejeição ou preocupação por parte dos mesmos, pois as crianças eram expostas a todo tipo de experiências, sendo elas coerentes a faixa etária de criança ou não.

O que hoje parece um assombro ao conceito de criança, antigamente eram concepções normais, tratadas com indiferença, sem um valor particular, seguiam assim vivendo em sociedade, mesmo não apresentando uma idade cronológica que lhes desse a capacidade de entender o que realmente eram, e mesmo assim os adultos que possuíam essa consciência não lhes davam o devido respeito como seres humanos.

O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. (Áries, 1978).

Seguindo essa perspectiva, quando uma pessoa adulta tem consciência do que vem a ser um sentimento de infância, significa dizer que este adulto compreende que uma criança como também um adulto tem seu valor moral, de ser humano, só que existindo para cada um, o direcionamento de olhares específicos. Pois uma criança é claro não possui o amadurecimento de experiência de vida de um adulto, mas a importância está em o mesmo entender que a criança é um ser que tem valor dentro da sociedade em que vive e que possui suas particularidades específicas, as quais devem ser respeitadas.

Na Idade Média não se era muito claro o período característico de infância e muitos determinavam esse período pela questão física, indo do nascimento dos dentes até aos seis anos de idade. Nessa fase tudo aquilo que nasce é chamado de enfant (criança) que quer dizer não-falante, por não tomar bem o poder da fala devido à falta de ordenação dos dentes.

Até o século XVII, a criança não era uma criatura digna de atenção, pois devido às condições sanitárias e ao índice alarmante de mortalidade infantil, eram seres, aos quais os adultos não se apegavam, pois já tinham consciência que a qualquer momento as mesmas poderiam deixar de existir. Esse mesmo índice acontecia para a taxa de natalidade, que como também naquela época era alto, funcionava como uma espécie de substituição para aquelas que haviam morrido, e o período de sofrimento era curto por parte dos pais, pois poderiam logicamente ter uma outra criança no lugar daquela que perdeu.

Nesse mesmo século a criança não tinha nada assegurado pelas famílias que pertenciam, tais como a socialização com os adultos, a valorização pelos mesmos do seu valor como pessoa e nem tão pouco seus conhecimentos, e a consequência dessa ação era a

convivência desses pequenos seres já no mundo dos adultos, resultando para elas a queima de fases referente ao seu desenvolvimento, de criança partindo para a fase adulta.

Para melhor entendermos a assunto em questão, é prudente enfatizarmos com maior especificidade trazendo o histórico da Educação Infantil no Brasil, onde explicita que a educação das crianças pequenas era de incumbência apenas das famílias e principalmente das mulheres, ação que representava o abandono, criadas por uma rede de parentesco, era o que ocorria nas sociedades primitivas. Depois do desmame, assim que a criança adquiria alguma autonomia no que diz respeito a seus atos, eram inseridas diretamente no mundo dos adultos, sem existir a valorização da moralidade da criança.

Na Idade Antiga as crianças eram cuidadas por mães mercenárias, ou seja, por pessoas sem a mínima preocupação materna para com essas crianças, e as mesmas chegavam até a morrer devido aos maus tratos delas referentes a essas inocentes criaturas. Na Idade Média e Moderna não se existia um ambiente específico para se trabalhar educação infantil, pois não havia uma concepção para este estereótipo da educação para os menores e sendo assim não existia a valorização do profissional para trabalhar nesse campo educacional, sendo assim as mesmas eram então cuidadas pelas famílias.

No século XVIII e XIX a discussão de como educar crianças, veio com maior força, devido ao surgimento nessa época de dois tipos de atendimento educacional para esse público, um deles destinado a crianças que pertenciam à elite, isto é, uma educação de qualidade, e a outra de caráter de custódia ou disciplina para atender as classes desfavorecidas. É o que pensadores como, Rousseau e Comênio afirmam que as crianças possuem características próprias e devem ter tratamentos educacionais específicos. Mesmo que não tendo a autonomia na época de haver um atendimento educacional diferenciado, devido logicamente as diferenças de classes sociais.

No século XX após a Segunda Guerra Mundial, surgiram novas preocupações referentes ao conceito de criança e a estabelecimentos que oferecessem uma educação voltada para crianças menores.

O crescimento da Educação Infantil se deu também pela influência dos pensadores, tais como Vygotsky da década de 20 e 30 quando defendia que a criança era introduzida por pessoas mais experientes, Wallon trazendo a afetividade como fator primordial para a aprendizagem das crianças e as mais recentes teorias de Piaget com enfoque para as etapas de desenvolvimento das crianças em que as quais aprendem muito em todo esse processo de estudo. Todas essas teorias vieram a impulsionar para a discussão e favorecer ao crescimento nesse campo de ensino.

No período de pós-guerra, surge a preocupação do papel social da criança, isto é, a idéia da criança possuir seus próprios direitos. E tendo como base essa idéia a ONU promulga de 1959, a Declaração dos Direitos da Criança, em consonância a Declaração dos Direitos Humanos, fato esse que oportunizou a esses pequenos seres a autonomia em serem consideradas como sujeitos de direitos.

No Brasil a história da Educação Infantil segue aos parâmetros mundiais adequando-se as suas próprias situações, mas ainda tinha caráter assistencialista e impulsivo. As crianças da área urbana eram colocadas em rodas expostas e eram recolhidas por instituições religiosas, crianças essas que pertenciam em grande parte das famílias tradicionais.

No início do século XIX para tentar sanar a deficiência da infância surgem à construção de creches, asilos e internatos com o objetivo exclusivo dessas instituições de cuidar das crianças mais pobres, só que sem a mínima condição de investimento para o melhor desempenho do lado social desses seres.

No final do século XIX surge no Brasil a idéia de “jardim-de-infância” que foi bem aceita por alguns setores sociais, mas houve muita discussão por parte da elite, a qual não aceitava que o poder público se responsabilizasse por crianças carentes. E diante dessa reprovação foram criados em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo, os primeiros jardins-de-infância, só que sendo direcionados as crianças nobres da sociedade.

Na metade do século XX a mulher passa a ser cada vez mais inserida no mercado de trabalho e a conseqüência, é a procura por parte dessas pessoas por ambientes que

cuidasse dos seus filhos enquanto elas trabalhavam, fazendo com que esses ambientes assumissem caráter quase que puramente assistencialista.

Nos anos 70, o Brasil após absorver teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa levou a fortalecer a afirmação de que crianças que pertenciam às camadas mais pobres sofriam de privação cultural e as mesmas eram ainda colocadas para explicar seu próprio fracasso escolar, expressando assim, um atendimento voltado exclusivamente ao assistencialismo e compensatório.

Dessa forma certifica-se a deficiência da educação infantil para esse público composto de crianças carentes, o qual define exatamente um atendimento para apenas suprir certas carências e não com o intuito de desenvolver o social ou o intelectual dessas crianças.

Nos anos 80 por conta de reivindicações das camadas populares houve muita pressão para a ampliação do acesso a escola, reivindicações estas que obrigavam o Estado a assumir o seu dever de comprometimento legal a educação as crianças carentes. Em 1988 devido à grande pressão dos movimentos feministas e grupos sociais, a Constituição reconhece a educação em creches e pré-escola como um direito a criança e um dever do Estado.

A regulamentação do ensino em Sergipe, tendo como objetivo o início do processo de implantação do jardim-de-infância no Estado, deu-se nos anos de 1930, por conta da significativa ação da Diretoria Geral da Instrução Pública, com direção do Dr. Helvécio de Andrade.

Deu-se início nos anos de 1931 a construção da Casa da Criança no Estado que tinha como função oferecer um atendimento de jardim-de-infância, fazendo menções ao desenvolvimento da educação pública no Estado. Toda essa ação teve repercussão nacional, pois o atendimento as crianças foi cada vez mais ampliado no objetivo de superar as necessidades educacionais das crianças, em aspectos também morais e de saúde.

Na década de 1930, havia a preocupação em inovações estruturais e arquitetônicas objetivando o alcance de ambientes educacionais mais amplos, a preocupação também na metodologia utilizada nesses espaços e na qualificação dos profissionais. Por isso foram

criados novos espaços para atender a crianças menores de sete anos com a intenção de trabalhar pedagogicamente a moralização da cultura infantil, de educá-las para o convívio em sociedade.

Em visita as escolas de São Paulo, o interventor Federal Augusto Maynard Gomes, busca novos métodos para aplicar uma nova e diversificada metodologia na instrução sergipana, ou seja, uma metodologia que respeite a espontaneidade e criatividade da criança, ação essa que autores como, Rousseau e Pestalozzi apoiam.

A partir de então, surgiram às ideias que emergiram para a implantação da Casa da Criança, a qual foi logo depois denominada de Jardim-de-infância Augusto Maynard, em sua homenagem.

De certo que as instituições escolares criadas no Brasil e em estados na década de 30, impulsionaram para o desempenho de aspectos como, instrução e saúde contribuindo para o alcance de uma sociedade escolarizada. Neste sentido, convém ressaltar que o Jardim – de-Infância Augusto Maynard, criado no ano de 1930, no governo de Getúlio Vargas, só veio alavancar de forma impulsiva as reformas educacionais em Sergipe.

Dando sequência ao tema do presente artigo, ressaltaremos agora abordagens referentes à prática docente, onde o ato de ensinar na Educação Infantil era antes praticado de forma negligenciada, isto é, sem a observância da qualificação profissional baseado num sistema de trabalho de conhecimento sistematizado, porém a progressiva teorização do ato de ensinar foi gerando novos conhecimentos passando a influenciar a forma de agir dos profissionais.

Pressupõe-se que a prática produz saberes genuínos, ou seja, o saber da experiência permitindo-lhe compreender e orientar sua profissão no cotidiano da escola. A experiência social é crítica, uma vez que, o ator social não é totalmente socializado ou reduzido ao sistema, assim destaca-se o caráter subjetivo e único da experiência do educador.

A pluralidade de saberes que informam a prática docente constitui-se em elementos fundantes do saber de experiência. O cenário de referência da ação docente é composto por racionalidades heterogêneas e lógicas diferenciadas, sendo preciso abordá-lo

dialeticamente. Portanto na prática, os professores afirmam aprender fazendo, este aprender no fazer em situação de interação significa a experiência construindo o saber da experiência. Construído no contexto de uma prática social este saber tem referência nos traços culturais das comunidades onde se expressa.

Pois, segundo (FREIRE, 1996.p.69) “aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar.”

É de conhecimento geral que o campo que rege a educação infantil tenha um olhar sobre o educador no século XXI, pois em dias atuais este profissional da educação é desafiado a pensar e incluir em seu trabalho uma linha na qual vise levar ao educando a uma socialização, proveniente de uma interação com os envolvidos, e conduzindo-o assim a aprendizagem.

Nesse sentido a obra de (GADOTTI, 2002, p.20), relata que a criança constrói o seu conhecimento vivendo o aqui e agora. A partir desse vivido da criança, o educador pode planejar e organizar as atividades escolares sem a direção pedagógica e o seu “papel organizativo”.

O educador pode tranquilamente trabalhar didaticamente a partir da vivência do aluno, que já traz uma carga de conhecimento, os chamados conhecimentos prévios, da sua própria vida cotidiana, portanto aquele adquirido em sociedade.

Para tanto, (GARRIDO, 2002) expõe ainda que o educador deve ter amor e paixão pelo que faz. Levar em conta as características próprias e individuais de cada aluno, as suas paixões, esperanças, conflitos dele próprio e do aluno. E ainda diz que:

É necessária formação psicológica para compreender as respostas e perguntas das crianças. “É necessário entender que a aprendizagem da linguagem escrita é muito mais que a aprendizagem de código de transcrição: é a construção de um sistema de representação. (GARRIDO, 2002, pag. 59).

Portanto faz-se necessário um profissional atento as necessidades individuais de cada aluno, primando assim em atender a todos sem distinção e realizando, porém um trabalho significativo, na base da paciência e compreensão, assumindo assim no decorrer do processo um caráter rentável educacionalmente. Só que para tal fim, sabemos que para o

educador não é uma tarefa fácil, mas que tendo a contra partida do próprio aluno, a disposição e interesse em querer aprender, a aprendizagem acontecerá.

Pois é o que evidencia, (FREIRE, 1996, p.25), onde diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” Isto é, o educador em sua prática educativa deve dar prioridade ao que o aluno pode criar ou construir diante do conteúdo que está sendo trabalhado em aula. Estimulá-lo a participar ativamente nas aulas, expondo o que pensa e com isso fazendo o seu próprio conhecimento. A partir de tal atitude, a criança pode crescer cognitivamente e se desenvolver, intelectualmente.

Portanto para Freire (1996), o papel do educador é o de incentivar o aluno a agir e confrontar com a necessidade de aprender e construir seu conhecimento a partir da ação. Pois ninguém é vazio de conhecimento.

Se aceitarmos que a criança não é uma tábua rasa onde se inscrevem as letras e as palavras seguindo determinados métodos, se aceitamos que o fácil e o difícil não pode ser definidos a partir das perspectivas do adulto, mas da de quem aprende, se aceitamos que qualquer informação deve ser assimilada (e portanto transformada) para ser operante . (FERREIRO, 2001, p.29.)

Neste sentido, Ferreiro (2001), aborda que o educando não é vazio de conhecimento, embora seja verdade que as pessoas não compreendam de modo igual, e que isto as tornam diferentes umas das outras. Esta diferença não implica nenhuma superioridade, já que sempre será possível conhecer mais e melhor qualquer objeto do conhecimento.

Desta forma o educador precisa interagir na sua prática de uma forma criativa e dinâmica, onde todos os espaços e momentos vivenciados na escola favoreçam a construção da aprendizagem e da autonomia num ambiente que, embora real, ofereça oportunidades e possibilidades lúdicas e interativas. Cabe ainda ao educador a construção de um objeto de conhecimento que implica em mera coleção de informações.

Para tanto este profissional da educação precisa vivenciar sua prática pedagógica na qual se comprometerá consigo mesmo e com a realidade do aluno, resultando em um trabalho baseado na afetividade para o processo de aprendizagem do aluno.

Portanto é preciso que o educador esteja ciente que, o afeto fortalece o eu, nutre o ego, acelera o coração, e assim sem essa preciosa ferramenta, as competências do professor se

limitarão a simplesmente comercializar aulas, proporcionando pouco “lucro”, ou seja, aprendizagem para o seu “cliente” (aluno), pois o conhecimento sem desenvoltura dificilmente fará a conexão entre os paradigmas pela escola e as combinações dos que buscam a educação com carinho de crescimento humano e pessoal.

Neste ambiente educacional, cultivar o outro é converter-se em protagonista do enredo ensino-aprendizagem, no qual o preparo e profissionalismo do educador fazem total diferença na intervenção para atingir o alvo humanista e não desviar o aluno desprovido de estrutura, principalmente familiar, da formação humana.

Daí a importância de inserir a afeição no recinto escolar, convidando professores, gestores, especialistas, família e comunidade para cultivarem a semente do comprometimento no infértil íntimo humano, corrompido pelos transtornos da vida moderna, em que muitos se fragilizam, pois paciência é um sentimento escasso entre as pessoas. Ainda convém lembrar que é preciso o educador trabalhar no desempenho de suas funções o afeto que faz germinar o respeito, o carinho que aproxima aluno e professor, facilitando o processo de ensino-aprendizagem.

É preciso amadurecer o conceito de que afetividade no recinto escolar não contribui apenas para romper limites, aproximar professor e aluno, promover o ensino-aprendizagem. Todavia o afeto é uma interação que proporciona a relação de confiança, respeito, admiração, e, nessa troca, eleva-se a autoestima, tornando as buscas pelo saber mais interessantes, e o processo de aprender e ensinar rompe as barreiras da sala e aula, indo além do transmitir e observar conhecimentos. Segundo Freire (1997), apud (Oestetto, 2000, p.23), um grupo se constrói, construindo o vínculo com a autoridade e entre iguais.

Com isso o Referencial Curricular Nacional (RCNEI) enfatiza o brincar como forma particular de expressão pensamentos, interação e comunicação infantil e a socialização das crianças por meio de sua participação (1998, p.13).

Nesta linha de raciocínio Vygotsky (2005), ressalta o ator do brincar como meio pelo qual a criança cria a zona de desenvolvimento proximal, ou seja, vivencia situações que estão além do seu nível de desenvolvimento real, possibilitando um avanço cognitivo. Pois afirma ainda que o único bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento. Oportunizando a criança a aprendizagem mediante ao trabalho de estimulação do professor para com os alunos, a qual provoque nos mesmos um avanço cognitivo de maneira

espontânea, e assim expondo dentro desse processo educacional, a visão em saber avaliar as coisas do mundo, ação essa que ocorre de dentro para fora.

A conceitualização piagetiana da experiência e da abstração fornece pautas para o professor tomar decisões imediatas na sala de aula, destinadas a desenvolver a inteligência infantil. Nem na realidade nem na mente existem conteúdos sem estrutura, nem estruturas vazias de conteúdos. Como afirma Piaget (2005), as estruturas são construídas mediante a estruturação do real. Portanto, para ser significativas e provocar desenvolvimento, a aprendizagem requer do profissional da educação que se trabalhe com conteúdos relevantes, os quais contribuam para atender as necessidades educacionais dos educandos.

Essa afirmação condiz o que ressalta o RCNEI, onde explicita que a construção do conhecimento da criança se dá partir do real para o concreto. Ou seja, a criança aprende primeiramente da experiência vivenciada por ela, em seu meio familiar, por exemplo, e somada a partir de então ao conhecimento que se adquire na escola. Pois, é o que afirma (PIAGET, 2005, p.101), que “quando uma criança entra na escola, ela não é tábula rasa que possa ser moldada pelo professor conforme a forma que ele preferir.”

Dessa maneira, ensinar é fazer com que as crianças coloquem novos problemas que não tenham sido levantados fora da escola. Só assim as crianças podem elaborar respostas, levando o aluno a ter uma visão de mundo, proveniente de relacionamento com outros dentro e fora da escola, oportunizando assim o desenvolvimento cognitivo desta criança.

O educador e também o ambiente educacional ao qual leciona deve ser motivos que originem na criança a estimulação em querer aprender, pois é de responsabilidade total do professor em sala de aula, conduzir este aluno a aprender, investindo em um ambiente bem ornamentado didaticamente, em aulas bem dinamizadas fazendo uso sempre do lúdico nos conteúdos apresentados, pois conforme (PANIAGUA; PALACIOS, 2007) as atividades lúdicas, por sua vez, fomentam a exploração da cultura e a relação com adultos e iguais, assim torna-se imprescindível a utilização de músicas, cantigas e jogos, seja ele motor ou interativo com o outro (adulto) para o desenvolvimento de novas aprendizagens para a criança, e além do tudo, um profissional com total dedicação e respeito para um público o qual é totalmente composto por crianças.

Ressaltamos ainda, que para o profissional que trabalha diretamente com a educação infantil, este deve assumir um estilo de educador no qual abranja um conjunto de características que marcam seu selo pessoal na sala de aula, sua forma de agir e de se relacionar. Constituindo assim um amplo leque de qualidades pessoais tão diversos como a criatividade, o ardor nas relações com as crianças, os objetos que considera essenciais, a paciência e o senso de humor.

Portanto, é louvável exibirmos a grande importância que há entre o modo como o educador conduz suas aulas, referente à metodologia mais adequada, a ser utilizada e ofertada ao seu público, trabalhando constantemente sua sensibilidade e prestando a atenção no comportamento de cada criança, e assim ter a oportunidade de interpretar adequadamente os sinais emocionais de cada ser que ali está presente. Além disso, o educador tem que ter ciência do significativo valor em manter um amigável relacionamento com o seu público, que são crianças, pois somos cientes que obstáculos, dificuldades na vida sempre existirão, mas que todo e qualquer profissional da educação, que prima pelo bom desenvolvimento de suas funções educacionais, sabe perfeitamente que esta ação é fator primordial para darmos o ponto de partida em descobrirmos as possíveis habilidades pessoais e o nível da aprendizagem que cada aluno em particular possui.

É o que evidencia (PIMENTA, 2006, p.86) ao afirmar que: “práxis é a atitude (teórico-prática) humana de transformação da natureza e de sociedade. Não basta conhecer e interpretar o mundo (teórico); é preciso transformá-lo (práxis).”

Assim, a relação entre teoria e prática deve ser articulada para quem e para que, expressando a unidade entre os conteúdos teóricos e instrumentais do currículo.

Sabemos que para se trabalhar didaticamente faz-se necessário que o profissional da educação pratique em sua metodologia e tenha em mente que educação infantil significa infância e brincadeira tornando até palavras sinônimas, pois é de fundamental relevância que este educador introduza em sua metodologia o ato de brincar com as crianças, pois é por meio da brincadeira que as mesmas desenvolverão no desenrolar do processo educacional, suas habilidades, trabalhará sua coordenação motora, o movimento de todo o corpo, por meio de jogos interativos, por exemplo, a criança se desenvolverá ativamente com os outros, além de contribuir para o seu aproveitamento cognitivo e emocional.

Todavia já afirmava (PANIAGUA; PALACIOS, 2007), na educação infantil, a brincadeira não deveria ser um prêmio para depois do trabalho, mas, sim, uma das formas habituais de trabalhar, porque nessa idade a brincadeira não é apenas diversão, mas também, descoberta, consolidação, aprendizagem coisas e relações.

Por isso é preciso que este profissional tenha o compromisso fiel em trabalhar com os pequenos, dando-lhes a oportunidade de explorar, brincar, relacionar-se com as outras crianças, além de proporcionar segurança afetiva. Com propósito também de lançar para essas crianças, exigências, desafios e normas que orientem a aprendizagem e a socialização.

Uma outra contribuição de (PIMENTA, 2006, p.73), apud Moisés Brejan (1974), se dá ao afirmar que “a prática de ensino não pode restringir-se apenas à tarefa de “dar aulas” ou de “assistir aulas”, mas deve mostrar que o ato de ensinar adquire maior significação quando considerado em relação à estrutura e ao funcionamento da escola e do ensino”, representando assim, um trabalho no qual o educador trabalhará em sua didática a relação entre todas as ações decorrentes na escola ao próprio processo de ensino.

Atrelado ao ato de ensinar está presente nessa prática, em nome de melhor rendimento educacional, a parceria com as famílias onde explicita os RCNEI essa importância:

As crianças têm direito de ser criadas e educadas no seio de suas famílias. O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma, em seus termos, que a família é a primeira instituição social responsável pela efetivação dos direitos básicos das crianças. Cabe, portanto, às instituições estabelecerem um diálogo aberto com as famílias, considerando-as parcerias e interlocutoras no processo educativo infantil.

Para tanto vale ressaltar que para se trabalhar na Educação Infantil a qual representa a primeira etapa da educação básica, se faz necessária qualificação profissional e ainda pré-disposição em ofertar um trabalho efetivo voltado para a boa qualidade do ensino. E, portanto, é necessário que esse profissional habilitado e disposto, assuma essa responsabilidade que se resume a um trabalho diário, em que a todo tempo trabalhará com crianças menores, as quais exigem total atenção por parte dos educadores. E nós, educadores

cientes deste compromisso, devemos logicamente nos preocupar em refletirmos sobre uma melhor prática pedagógica neste campo da educação básica. Pois, uma instituição de educação infantil que é a escola de fato, não deve ser vista apenas como um meio educacional, mas também como um local ou um tipo de laboratório o qual funcionará como instrumento para as crianças evoluírem socialmente e cognitivamente, além de provê-las de crescimento como pessoa, por meio dessa interação oriunda de diferenciados meios e grupos sociais, e que assim aprenderão diante de um processo educacional a se desenvolverem como seres humanos capazes de manifestarem sua participação, apresentação de conceito de mundo dentro da sociedade que estão inseridas, ação que será assim facilitada pelos educadores e através do descobrimento das suas habilidades e competências que cada aluno tem em particular.

A reflexão também é um processo dialógico, isto é, o educador tem que se preocupar em oferecer sempre uma melhor qualidade a sua prática de ensino, atrelado a opinião dos outros profissionais da área. Uma ação que procede tanto de um diálogo consigo mesmo, como o fato de saber ouvir os outros. Por exemplo, numa reunião pedagógica, a ação do debater melhorias no ensino é de fundamental importância a opinião do outro referente a uma prática que é executada por todos, sendo que o que diferencia é a sala de aula ou o ano em que leciona. No final de tudo isto, teríamos melhores resultados, já que todos ali, educadores daquele ambiente escolar manifestarão sugestões para a melhor prática pedagógica.

Pois é o que evidencia, (FREIRE, 1996, P.25), onde diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção”.

O educador em sua prática educativa deve dar prioridade ao que o aluno pode criar ou construir diante do conteúdo que está sendo trabalhado em aula. Estimulá-lo a participar ativamente nas aulas, expondo o que pensa e com isso construindo seu próprio conhecimento, para então, a partir de tal atitude, a criança poder crescer cognitivamente e se desenvolver, intelectualmente. Ação essa que depende diretamente da prática do professor em sala de aula. Portanto, reconhecer o docente como ser dá práxis é reconhecer que seu agir é apoiado em reflexões e saberes, as quais são impulsionadas a partir de suas reflexões sobre a prática docente; contudo as dimensões a serem alcançadas na construção das competências

profissionais do professor fazem desse profissional um ser dinâmico, em constante reflexão que possibilite a abertura de novos caminhos para a efetivação do projeto social que favoreça o crescimento humano, e nessa perspectiva. As ações de formação inicial e continuada devem prover os meios para que o conjunto de professores possa desenvolver continuamente essas competências. Competência essas que possa vislumbrar a transformação cultural de valores, visando o desenvolvimento da formação da criança.

Pensa-se que o desenvolvimento da competência profissional do professor é articulado num eixo que estão representados os condicionantes humanos, sociais, técnicos e políticos, necessários aos preenchimentos de lacunas que se revelam no cotidiano do exercício da docência e nesse respeito observam-se que o professor, ao buscar a construção da valorização profissional merece ter contemplado em suas relações esses condicionantes que se revelam desfavoráveis qualitativamente no dia a dia da vida professor.

(...) na jornada de formação é preciso (...), abrir espaço para que o novo, envolto na incerteza e na indefinição, possa habitar a vida do professor. Tormar contato com o outro lado a lado do ser adulto, entrar em contato com acriança interna, radicalmente e novidade e mistério, poder ser um caminho. Ostetto (2006, p.186)

A competência profissional do professor é obtida no momento que o conhecimento é apropriado por ele dialeticamente possibilitando articular o saber segundo o quadro social que se estabelece. Deste modo a relevância do conhecimento, é como o conjunto de saberes teóricos e experiências que se articulam oferecendo ao professor meios de desenvolver sua ação docente segundo a realidade que o modelo educacional exige; nesse caso, considera-se favorável delimitar o conhecimento que o professor necessita visando elaborar níveis de competências que se destinam a serem alcançadas.

O conhecimento de realidade profissional pelo professor, especialmente as condições salariais e de trabalho que lhe são oferecidas, é objeto de problematização no sentido de acrescentar meios favoráveis a transformação a partir da conscientização profissional. Nesse contexto é importante salientar que as dimensões de conhecimento exigidas ao professor assume relevante papel em sua prática docente. Deste modo podemos afirmar que a formação profissional de professores deve assegurar, portanto, aquisição de

conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a forma como cada cultura caracteriza as diferentes faixas etárias. É necessário que os professores tenham instrumentos para conhecer e compreender características culturais dos alunos. As relações entre professor e aluno são de grande importância para a aprendizagem. Pensa-se que o conhecimento nas variadas dimensões assumidas no trabalho que o professor executa no contexto educacional, revela-se como importante referencial a ser explorado, pelos sujeitos que se candidatam ao ofício de professor, constituindo-se o exercício profissional como um amplo leque de possibilidades de obtenção do conhecimento da realidade que os sujeitos se inserem historicamente.

É preciso ressaltar, como postulou Freire (2002, p.161), que a prática educativa envolve “[...] afetividade, alegria, capacidade científica e domínio técnico a serviço da mudança”. É preciso ir além e buscar a construção da afetividade como eixo fundamental no processo dialógico de ensino aprendizagem.

O professor precisa saber viabilizar exercícios de cooperação que sustentarão o próprio desenvolvimento cognitivo, moral, social, e afetivo dos discentes. Para Freire (2002, p.47), “Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar, na vida de um adulto, um simples gesto do professor”.

Segundo Wallon (1968), para construir uma pessoa ou o seu conhecimento, o aspecto afetivo é o foco principal, pois a atividade emocional é ao mesmo tempo, social e biológica. O vínculo com o ambiente social garante o acesso ao universo da cultura acumulado pelo ser humano ao longo dos tempos. Já para Freire (2002), falta alguma coisa a cultura que não permite gestos afetivos.

Portanto, não basta produzir conhecimentos, mas é preciso propor condições que favoreça os conhecimentos, ou seja, conhecer significa estar consciente do poder do conhecimento para a produção da vida existencial da humanidade.

Deste modo, acreditamos que à formação do docente passa pela mobilização de vários tipos de saberes, ressaltando ainda, que hoje já existe uma inovação educativa, no diz respeito às diversas formas de metodologias presentes em escolas do nosso país, muitas das quais já com inovações tecnológicas avançadas e instrumentos de ensino de melhor qualidade, características estas que as escolas tradicionais centenárias deixaram aos poucos de ter.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do presente artigo que tem como tema Educação Infantil: um olhar sobre o educador no século XXI, e sustentado ainda pelo objetivo geral, podemos afirmar que a modalidade da educação infantil nada mais é que o educador habilitado na área com pretensão para uma formação continuada, seja trabalhando para desenvolver as competências e habilidades dos educandos, seja procurando diversificar sua metodologia visando atender as necessidades particulares dos educandos no seu fazer pedagógico.

Seguindo este viés, o presente artigo trouxe abordagens contidas num breve histórico da Pedagogia, além de relatos referentes ao trabalho pedagógico exercido pelo profissional da educação com embasamento científico.

Foi tratado ainda, um breve histórico da educação infantil no mundo, no Brasil e em Sergipe, onde foi ressaltado o conceito da modalidade em questão e abordagens históricas de como se deu o processo de valorização da criança como ser humano pertencente a uma sociedade. Concluímos, portanto que a prática docente exige do profissional habilitação na área uma formação continuada, com o único propósito de oferecer cada vez mais à melhor forma de trabalhar didaticamente, atualizando seus conhecimentos e prestigiando uma harmonia em seu trabalho, oriundo é claro das relações interpessoais entre educando x educador x escola a melhor metodologia a ser aplicada para que venha a contribuir cognitivamente e intelectualmente na vida estudantil dessas pequenas criaturas.

Assim, o educador poderá trabalhar didaticamente fazendo uso do lúdico para a descoberta cada vez mais favorável ao desenvolvimento da capacidade da produção/criatividade da criança, determinando no decorrer do processo ensino-aprendizagem suas virtudes e características particulares como ser humano capaz de adquirir sempre um novo conhecimento, o qual irá ser testado dentro de um convívio social, fazendo uso da cidadania, do respeito mútuo e fazendo valer as diversidades culturais que carrega cada indivíduo.

Portanto, a tarefa do educador do século XXI é somar valores as diferenças de cada ser, multiplicando os gestos afetivos entre os envolvidos, respeitando as diversidades culturais do indivíduo, ficando então para o educador a importante função de desenvolver no

educando a capacidade para saber entender as diferenças e limitações enfrentadas pelas pessoas na presente realidade.

REFERÊNCIAS

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. LTC,1978.

ANDRADE, Helvécio de. Relatório Anual. Diretoria Geral da Instrução Pública e Normal. Apresentando ao Governo Interventorial. Aracaju: Empresa Typographica d' O Luctador, 1931.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: arte e ciências, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação fundamental. **Referencial curricular para a educação infantil**. Brasília: MEC, 1998, Vol. 1 - Vol. Conhecimento de mundo.

CASTORINA, Jose Antonioet. al. **Piaget – Vygotsky: Novas contribuições para o debate**. 6. ed São Paulo: Ática, 2005

CHATEOU; Jean. **O jogo e a criança**, São Paulo: Sumius, 1987

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes a pratica educativa**-São Paulo: Paz e Terra, 1996-195 pág.

FERREIRO, Emilia. **Reflexão sobre a alfabetização**: 24. ed.-São Paulo:Cortez,2001.

GARRIDO, Moacir. **Pensamentos Pedagógicos Brasileiro**- São Paulo:ática, 2002-139.

OESTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação Infantil: Saberes e fazeres da formação de professores**- Campinas, São Paulo: Popirus, 2000.

PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesus. **Educação Infantil: resposta educativa à diversidade**. Tradução Fátima Murad. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

Relatório Anual. **Diretoria Geral da Instrução Pública e Normal**. Apresentado ao Interventor Federal Major Augusto Maynard Gomes. Aracaju, 1932.

